

COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA AGUDO LTDA - COOPERAGUDO

CNPJ 00.212.727/0001-32

Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de dezembro de 2021

VI – Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa Agrícola Mista Agudo Ltda – COOPERAGUDO é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, tendo como objetivo social a congregação dos seus 6.577 associados para o exercício de suas atividades, sem o objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País.

A sociedade possui na sua Matriz uma estrutura própria de recebimento, secagem, armazenagem e industrialização de cereais, representada por um complexo de armazéns, moegas, prédios e engenho de arroz, uma filial para compra e venda de insumos agrícolas, além de uma Loja Agropecuária e Supermercado.

NOTA 02 – PRINCIPAIS ATIVIDADES

A sociedade atua no recebimento, armazenagem, beneficiamento, industrialização e comercialização da produção dos cooperados; com destaque para o arroz, além da soja, feijão e milho, na compra em comum de insumos agrícolas, e bens de consumo, além da prestação de serviços técnicos, visando o desenvolvimento e a melhoria das condições socioeconômicas dos cooperados.

NOTA 03 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às empresas de pequeno e médio porte (NBC TG 1.000), atendendo a ITG 2004 específica para sociedades cooperativas e considerados ainda os aspectos específicos da Lei 5.764/71 que rege o sistema cooperativo

Trata-se de demonstrações contábeis individuais e encontram-se apresentadas em moeda corrente nacional – denominada de Real, sendo também a moeda funcional, tendo sido aprovadas pela administração em 28/01/2022.

NOTA 04 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

04.01 - Regime de Escrituração

Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos e dispêndios e das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

Esta prática somente não foi aplicada em relação ao reconhecimento dos encargos financeiros do contas a receber de cooperados e terceiros, sendo que este somente ocorrerá pelo regime de caixa, ou seja, por ocasião do efetivo recebimento.

04.02 – Reconhecimento das Receitas

Todas as modalidades de vendas praticadas pela Cooperativa são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal por satisfazerem os requisitos exigidos na Seção 23 da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade, com exceção das vendas para entrega futura, cujo faturamento é registrado

no passivo circulante como produtos a entregar e estão reconhecidos pelo valor de venda, de modo que a margem de comercialização desses produtos e mercadorias somente será reconhecida no resultado do exercício no momento da efetiva entrega.

04.03 – Ajuste a Valor Presente

O ajuste a valor presente previsto na Seção 23 da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade foi aplicado durante o exercício de 2021 em relação a renegociações de débitos de cooperados junto a cooperativa, a qual gerou encargos financeiros no montante de R\$ 73.525,06 a serem reconhecidos nos resultado de exercícios futuros na medida que ocorra sua efetiva realização.

04.04 – Créditos Tributários

Os saldos credores de Pis e Cofins decorrentes da apuração pelo regime não cumulativo são registrados no ativo circulante e não circulante e sobre parte destes créditos é mantida provisão parcial em conta redutora para que o efeito positivo no resultado ocorra somente quando da efetiva realização.

04.05 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em consonância com a Seção 27 da NBC TG 1000 do Conselho Federal de Contabilidade, que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, mesmo com a elaboração de um trabalho técnico através de empresa especializada, a administração realizou análise da recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado, onde concluiu por não ser necessário o reconhecimento de provisão para desvalorização destes ativos.

04.06 – Avaliação dos Estoques

Os estoques existentes na data do balanço foram avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Mercadorias de Revenda: custo médio móvel ponderado, despojado dos impostos recuperáveis.
- Produtos agroindustriais: custo de produção, não superior ao valor de mercado.
- Produtos agrícolas próprios e em depósito dos cooperados: valor de mercado em nível de produtor cotado em mercado ativo.

04.07 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas que possam ocorrer na realização dos créditos. Os critérios utilizados para mensuração do valor foi com base no período de seis meses após o vencimento, o final do exercício o valor da provisão totalizou R\$ 2.875.272,75, tendo sido reconhecido um complemento no resultado no montante de R\$ 151.192,38 e uma reversão no valor de R\$ 232.840,46.

04.08 – Despesas Antecipadas

Valor referente aos seguros, nos quais são apropriadas mensalmente pelo regime de competência.

04.09 – Depreciação do Imobilizado

A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear sobre o valor contábil dos móveis e utensílios e equipamentos de informática com base nas taxas admitidas pela Receita Federal do Brasil, não sendo consideradas estimativas de vida útil e valor residual recuperável, conforme determina a Seção 17 da NBC TG 1000 aprovada pela resolução 1.255/09 do CFC.

Com relação aos veículos, máquinas e equipamentos, prédios e silos a depreciação foi calculada com base na estimativa da vida útil e valor residual recuperável com base no laudo de avaliação patrimonial.

Os encargos de depreciação registrados no exercício de 2021 totalizaram R\$ 1.512.925,05, desse valor R\$ 947.446,29 foi contabilizado nos dispêndios e R\$ 565.478,76 no custo de produção. Do total dos encargos, R\$ 202.524,61 refere-se a depreciação da parcela de ajuste de avaliação patrimonial e reserva de reavaliação, e o mesmo foi revertido das respectivas reservas para compor os demais resultados abrangentes, que também compõem a conta de Sobras ou Perdas do Exercício.

04.10 – Ajuste de avaliação patrimonial

Custo atribuído com base em laudo técnico conforme previsto na ITG 10 aprovada pela resolução 1.263/09 do Conselho Federal de Contabilidade, sendo registrado em contra partida da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido.

04.11 – Método de Avaliação dos Investimentos

Os investimentos da cooperativa existem basicamente junto ao Sicredi, sendo que seu saldo permanece reconhecido pelo custo histórico acrescido dos resultados capitalizados conforme informações da investida.

04.12 – Produtos em Depósito

Os produtos recebidos em depósito de produtores estão contabilizados no passivo circulante em contra partida dos estoques e mensurados a valor de mercado praticado pela cooperativa na data do balanço.

04.13 – Vendas para Entrega Futura

As operações de venda para entrega futura foram registradas no passivo circulante, devendo ser reconhecidas nas receitas somente quando da efetiva entrega, quando também serão apropriados os custos correspondentes. Nos casos em que o valor da venda se apresenta inferior ao custo do produto mantido nos estoques ou ao custo de reposição é constituída provisão da diferença.

04.14 – Empréstimos e Financiamentos

Os valores dos empréstimos e financiamentos bancários foram atualizados de acordo com as taxas contratuais pactuadas e classificados entre o passivo circulante e não circulante de acordo com os vencimentos, ou seja, no circulante os saldos a vencer até 31/12/22 e não circulante os valores a vencer a partir do ano de 2023.

04.15 – Provisões

A Cooperativa registra provisões quando possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cujo desembolso de caixa futuro seja considerado como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando-se em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

04.16 – Operações com não Cooperados

As operações com não cooperados estão contabilizadas destacadamente, de molde a permitir a apuração do resultado em separado para cada cálculo e incidência de tributos. Os rendimentos das aplicações financeiras foram considerados integralmente como operação do ato não cooperativo.

04.17 – Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram calculados o imposto de renda e a contribuição social unicamente sobre os resultados com não cooperados em face a não incidência sobre o resultado das operações com os cooperados.

Conforme determina a Seção 29 da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução 1.255/09 do CFC, foi ajustada a provisão de IRPJ e CSLL sobre os saldos do ajuste de avaliação patrimonial e da reserva de reavaliação. Os valores foram apurados com base na proporcionalidade das operações com não cooperados e apresentam, na data do balanço, um montante de R\$ 130.690,82 e R\$ 25.211,80, respectivamente. O registro foi realizado no passivo não circulante em contra partida de conta redutora do ajuste de avaliação patrimonial e da reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

04.18 – Reserva de Assistência Técnica Educacional e Social

Os gastos com assistência técnica, educacional e social realizados no exercício, no montante de R\$ 387.124,71, foram registrados como custos e despesas, sendo ao final do exercício revertido o mesmo montante da reserva de assistência técnica, educacional e social para a conta Sobras ou Perdas do exercício conforme norma contábil vigente.

04.19 – Reserva de Reavaliação e Ajuste Avaliação Patrimonial

As parcelas de depreciação sobre o ajuste de avaliação patrimonial e reserva de reavaliação apuradas no exercício de 2021 nos valores de R\$ 153.118,60 e R\$ 49.406,01, respectivamente, foram revertidas diretamente para a conta de Outros Resultados Abrangentes.

04.20 – Juros sobre o Capital Próprio

Apesar de permitido legalmente, a administração optou por não atribuir juros ao capital social integralizado.

04.21 – Custo dos Empréstimos

Os encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos são registrados integralmente como despesas financeiras no resultado do exercício, em conformidade com a NBC TG 1000 do CFC.

NOTA 05 – DETALHAMENTO DE SALDOS

05.01 – Créditos com Cooperados

Os valores a receber de cooperados são provenientes das operações realizadas de venda da cooperativa para seus cooperados em toda a sua estrutura operacional em diferentes contas contábeis, num valor total de R\$ 4.650.568,68 classificados em circulante e não circulante nos respectivos valores de R\$ 3.872.534,04 e R\$ 778.034,64, sendo que o critério de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrito na NE 04.07, sendo o saldo provisionado de R\$ 794.314,53.

05.02 – Créditos com Terceiros

O montante de créditos a receber com terceiros, não cooperados são proveniente da comercialização de mercadorias, bens, serviços e produtos de fabricação própria, cujo montante total de R\$ 4.279.064,67 está classificado em circulante e não circulante nos respectivos valores de R\$ 4.248.453,13 e R\$ 30.611,54, adotado o mesmo critério de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa dos cooperados descritos na NE 04.07, sendo o saldo provisionado de R\$ 1.361.525,43.

05.03 – Cheques a Receber

O montante de cheques a receber de cooperados e clientes no montante de R\$ 472.068,44 é proveniente da venda a prazo de mercadorias, sendo adotado o mesmo critério de constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa descrito na NE 04.07, mantendo um saldo provisionado de R\$ 156.251,44.

05.04 – Impostos a Recuperar

Contas	2021	2020
Circulante		
IRPJ saldo negativo	4.487,24	4.487,24
ICMS a recuperar	11.816,63	169.572,25
PIS restituível	37.836,78	28.553,65
COFINS restituível	199.628,26	84.635,23
Pagamentos indevidos/a maior	0,00	12.769,49
Crédito Parcelamento Funrural	51.521,32	15.143,78
Retenção Pis/Cofins	38,57	23,45
Crédito Presumido ICMS PISEG	125.500,00	0,00
Total	430.828,80	315.185,09

O critério de reconhecimento da provisão para perda está descrito na NE 04.04.

05.05 – Outros Créditos

Contas	2021	2020
Ativo Circulante		
Cartão de crédito	387.781,76	392.584,38
Compras p/recebimento futuro	179.216,84	215.193,50
Total	566.998,60	607.777,88

05.06 – Estoques

Produtos/Mercadorias	2021	2020
Almoxarifado	661.555,96	337.783,58
Produtos Industrializados	37.008,75	91.029,97
Insumos	3.300.119,01	1.544.937,11
Mercado	1.754.958,12	1.699.286,87
Ferragens	5.809.810,74	3.641.204,80
Produtos Agrícolas (*)	8.114.236,00	6.784.400,00
Total	19.677.688,58	14.098.642,33

(*) Composição do saldo	Quantidades - Sc	Valor - Sc	Valor Total
Arroz	123.052	60,00	7.383.120,00
Soja	2.180	160,00	348.800,00
Milho	4.549	84,00	382.116,00
Feijão	1	200,00	200,00
Total			8.114.236,00

Os critérios de atualização dos estoques estão descritos na NE 04.06.

05.07 – Depósitos Judiciais

Depósitos Judiciais	2021	2020
Depósitos Sistema "S"	377.704,53	103.413,05
Ações Trabalhistas	5.964,80	000
Total	383.669,33	103.413,05

05.08 – Investimentos

Empresas	2021	2019
Capital Sicredi	125.227,65	120.573,52
Ações CRT	725,39	725,39
Cooperativas	100,00	167,80
Total	126.053,04	121.466,71

05.09 – Imobilizado e Intangível

Contas	Saldos Dez/2020	Aquisições	Transf.	Deprec.	Baixa Deprec.	Baixa Bem	Saldos Dez/2021
Veículos	1.202.811,51	449.500,00		-398.382,06	213.573,28	(236.269,96)	1.231.232,77
Moveis e Utens.	418.733,89	237.836,27		-104.690,94	37.014,72	(56.531,06)	532.362,88
Terrenos	3.909.999,99	2.255.754,31				(320.000,00)	5.845.754,30
Prédios	6.095.203,61		70.948,96	-354.347,11	94.097,29		5.905.902,75
Máquinas e Equip.	2.608.630,74	1.235.176,18		-398.323,35	130.196,90	(122.450,00)	3.453.230,47
Equip. Informática	257.434,28	242.072,13		-97.677,57	19.683,30	(24.479,38)	397.032,76
Silos	1.250.122,97			-152.312,88	66.704,31	(91.000,00)	1.073.514,40
Imobil. Andamento	121.721,28	2.081.467,37	-70.948,96			(41.532,03)	2.090.707,66
intangível	18.751,77	555,00		-7.191,14			12.115,63
Total	15.883.410,04	6.502.361,26	0,00	-1.512.925,05	561.269,80	-892.262,43	20.541.853,62

05.10 – Produtos em Depósito de Cooperados

Produtos	Volumes em depósito a liquidar (sacas)	Preço Unitário (R\$)	Preço total (R\$)
Arroz	129.648	60,00	7.778.880,00
Milho	1.487	84,00	124.908,00
Soja	2.129	160,00	340.640,00
		Total	8.244.428,00

05.11 – Outras Obrigações

Contas	2021	2020
Comissões a pagar	63.715,62	47.266,68
Consignações	3.597,11	7.091,44
Seguros a pagar	62.105,89	48.975,29
Convenio Unimed/Carimed	0,00	1.689,88
Devolução de venda	81.158,39	6.950,30
Energia/Telefone a pagar	2.472,45	4.733,38
Consórcio	55.122,84	46.410,70
Recarga celular	1.482,00	1.022,00
Outros	0,00	48.620,00
Total	269.654,30	212.759,67

05.12 – Empréstimos e Financiamentos

	Modalidade	Data Vcto	Circulante	Não Circulante	Taxas Anuais
Itau	Capital de giro	14/03/2022	207.507,27		10,69
Bco do Brasil S/A	Capital de giro	04/08/2022	1.939.272,76	-	3
Bco do Brasil S/A	Investimento	15/06/2024	40.184,40	50.136,17	4,5
Bco do Brasil S/A	Investimento	15/06/2024	54.321,60	68.177,96	4,5
Bco do Brasil S/A	Investimento	15/06/2024	7.669,80	10.663,32	4,5
Bco do Brasil S/A	Investimento	15/10/2024	10.820,04	16.488,18	4,5
Bco do Brasil S/A	Investimento	15/08/2024	27.924,72	35.346,87	4,5
Cef	Capital de giro	01/06/2022	2.044.135,03	-	4,5
Sicredi	Investimento	15/10/2031	858.621,24	3.089.718,55	3,99908+CDI
Sicredi	Capital de giro	28/03/2022	60.590,85		4,25
Sicredi	Capital de giro	22/04/2022	73.093,72		4,25
TOTAL			5.324.141,43	3.270.531,05	

05.13 – Provisões e Passivos Contingentes

Considerando as incertezas a respeito de valores e prazos de obrigações existentes, em base estimativa foram constituídas as provisões a seguir demonstradas

Provisões	Saldos 2020	Complemento	Baixas	Saldos 2021
Contingência trabalhista	38.000,00	12.000,00	0,00	50.000,00
IR e CS s/ reavaliação	34.778,58	0,00	9.566,78	25.211,80
IR e CS s/ AAP	243.602,37	0,00	112.911,55	130.690,82
Provisão tributária	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
Total	316.380,95	2.012.000,00	122.478,33	2.205.902,62

As provisões registradas na contabilidade são referentes a:

05.13 a – A provisão trabalhista no valor de R\$ 50.000,00 é para atender possíveis demandas trabalhistas conforme análise interna e prognósticos da assessoria jurídica.

05.13 b - Provisão para IR e CS, proporcional às operações com terceiros, sobre o saldo de ajuste de avaliação patrimonial e reserva de reavaliação, os registros foram realizados em conta redutora do patrimônio líquido e em contra partida no passivo não circulante.

A provisão de natureza tributária refere-se a discussão administrativa da cooperativa junto a SEFAZ pelo lançamento de cobrança de ICMS na qual julgamos improcedentes, para tanto por questão de prudência e atendendo exigências legais e societárias constituiu-se tal provisão.

05.14 – Imposto de Renda e Contribuição Social

Base de Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição social 12/2021			
Descrição		Base CS	Base IR
Resultado contábil		2.252.995,52	2.178.222,93
Adições:	16,36%	880.715,40	955.487,99
Brindes Doados		12.386,18	12.386,18
Provisão Créditos liq. Duvidosa		24.727,51	24.727,51
Provisões trabalhistas		1.962,60	1.962,60
Despesas indedutíveis		262.849,50	262.849,50
Provisão tributária		246.468,68	246.468,68
Contribuição social		-	74.772,59
Realização reserva reavaliação		8.084,90	8.084,90
Realização Avaliação Patrimonial		25.056,63	25.056,63
Realização Fundo Desenv. Econ.		299.179,39	299.179,39
Exclusões:		2.302.904,32	2.302.904,32
Resultados oper. associados		2.302.904,32	2.302.904,32
Reversão de Provisão		-	-
Base de cálculo		830.806,59	830.806,59
Valor da CS e do IR acumulado		74.772,59	124.620,99
Adicional 10%		-	59.080,66
Estimativa 2021		11.406,98	19.011,63
(-) Retenção na Fonte		-	8.477,45
(-) Doação Fundo do Idoso		-	1.246,21
Saldos a pagar		63.365,61	154.966,36

05.15 – Resultado Financeiro

	2021	2020
Receitas Financeiras:	651.123,42	572.922,77
- Juros ativos	193.150,26	182.766,41
- Rendimentos de aplicações financeiras	44.527,74	5.780,19
- Descontos obtidos	413.445,42	384.376,17
Despesas Financeiras:	665.357,11	879.776,97
- Juros s/Financiamentos	186.445,55	360.168,59
- Juros passivos	50.942,05	172.602,95
- Descontos concedidos	131.127,05	84.272,88
- Taxas c/cartões débito/crédito	253.538,99	224.635,41
- Despesas bancárias	43.303,47	38.097,14
Resultado Financeiro	-14.233,69	-306.854,20

NOTA 06 - OUTRAS INFORMAÇÕES

06.01 – Natureza e Finalidade dos Fundos e Reservas

a) RESERVA LEGAL

A Reserva Legal é indivisível entre os cooperados, sendo constituída com o mínimo de 35% das sobras do exercício, além de eventuais destinações a critério da AGO e destina-se para cobertura de perdas com associados ou terceiros, sendo destinado no exercício o valor de R\$ 1.513.798,67 ficando o saldo remanescente de R\$ 5.638.178,65.

b) FUNDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL

Este Fundo também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído com o lucro das operações com terceiros mais 10% das sobras líquidas de cada exercício e destina-se para cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social aos cooperados, seus familiares e aos próprios empregados da Cooperativa, sendo usado no exercício o montante de R\$ 387.124,71. O saldo remanescente no encerramento do exercício, após destinação estatutária no valor de R\$ 519.801,62 perfaz o montante de R\$ 944.249,35.

c) FUNDO DE EXPANSÃO

A reserva de Expansão é destinada á ampliação de setores operacionais, podendo ser aplicado em imobilizações, investimentos ou na cobertura de despesas atinentes, sendo constituída de 20% das sobras líquidas apuradas no exercício, do qual fora destinado R\$ 865.027,81, sendo usado no exercício o montante de R\$ 1.828.256,17, ficando um saldo remanescente no encerramento do exercício de R\$ 2.200.652,57.

d) RESERVA DE REAVLIAÇÃO

A Reserva de Reavaliação foi constituída em 2004, mediante a reavaliação patrimonial, a qual vem sendo revertida anualmente na mesma proporção das depreciações e baixa de bens. Em 2012 foi constituída a provisão de IRPJ e CSLL pela sua realização, nos termos da Seção 29 da NBC TG 1000, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09, figurando na conta de reserva de reavaliação o saldo líquido de R\$ 776.796,79.

e) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

A conta Ajuste de Avaliação Patrimonial registrada no patrimônio líquido da cooperativa, que fora constituída no ano de 2011 resultantes do acréscimo proveniente do custo atribuído, mantém um saldo líquido na data do balanço de R\$ 5.679.820,91.

06.02 – Capital Social

O Capital Social Integralizado está representado pela participação de 6.577 associados, sendo destinado no exercício a título de capitalização o montante de R\$ 200.00000, atingindo um montante de R\$ 3.896.430,52.

06.03 – Seguros

A Cooperativa mantém seguros de seus bens patrimoniais como prédios, depósitos, silos, secadores e veículos, sendo que política de seguros considera principalmente a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores especializados na área.

06.04 – Avais

A Cooperativa não possui avais concedidos em favor do quadro social ou de terceiros.

NOTA 07 – ANÁLISE DE RISCOS

07.01 – Risco de Liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade da cooperativa cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e, principalmente seus fluxos de caixa.

As principais obrigações da cooperativa concentram-se, em ordem de relevância, com fornecedores, agentes financeiros e os próprios cooperados.

O gerenciamento do risco de liquidez é de responsabilidade da administração, que delibera pela realização de novos investimentos e a contratação de recursos no mercado financeiro mediante autorização anual da assembleia geral dos sócios.

Na data base das demonstrações contábeis o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,32 e 1,07 respectivamente, não havendo indicativos de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio ou longo prazo, sendo objetivo da administração alcançar melhores índices de liquidez e gerar melhores resultados.

07.02 – Risco de variação cambial

Na data do balanço não existia qualquer ativo ou passivo com vinculação a moeda estrangeira, portanto, sem qualquer risco de variação cambial.

07.03 – Risco de Crédito ou de Concentração

Os riscos de crédito são medidos pela presença de situações potenciais que possam impactar negativamente no resultado e na situação patrimonial e financeira como consequência da falta de realização dos créditos registrados no ativo, normalmente denominados instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros, que potencialmente poderiam sujeitar a Cooperativa a risco de crédito ou de concentração, referem-se, especialmente, a créditos com clientes e com cooperados, não havendo saldos individuais considerados relevantes ao ponto de oferecer algum risco significativo.

A cooperativa adota política de negociar com pessoas físicas e jurídicas que detenham capacidade de crédito e também de obter garantias suficientes, quando considerado necessário, para mitigar os riscos de perdas financeiras por motivo de inadimplência.

Em face aos riscos inerentes a atividade do setor primário a que estão expostos os cooperados existe risco permanente de ocorrência de inadimplência diante da ocorrência de uma frustração de safra, no entanto, por conta desse risco, a administração procura manter posição patrimonial e financeira apropriada para suportar esse tipo de ocorrência, normalmente administrada através de prorrogações dos prazos de vencimento.

As regras de limite de crédito são estabelecidas e aprovadas pelo Conselho de Administração, a quem também compete deliberar sobre situações individuais e eventuais em que o crédito precisa ser estendido além do limite normal previamente estabelecido.

Conforme divulgado na nota que trata das práticas contábeis é constituída provisão de perdas de créditos que minimiza possíveis efeitos da ocorrência dos riscos de crédito sobre o conjunto das demonstrações contábeis.

07.04 – Riscos de Variações de Preços:

A posição de saldos indexados em físico de produto na data do balanço, registrados contabilmente, sujeitos a variações de preços era a seguinte:

Natureza	Arroz	Milho
Créditos Registrados no Ativo	123.052	4.549
<i>Estoques existentes</i>	123.052	4.549
<i>Créditos em Físico</i>	-	-
(-) Contratos Futuros	0	0
(-) Saldo de produtos a Liquidar	129.648	1.487
Saldo em Físico – Exposição	-6.596	3.062

OBS: saldos demonstrados em sacas.

NOTA 08 – EVENTO SUBSEQUENTE

Entre a data de encerramento do exercício social e a data de fechamento e montagem das demonstrações contábeis (28 de Janeiro de 2022) não ocorreram eventos que pudessem afetar a análise das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, tomadas em seu conjunto.

NOTA 09 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Na montagem da demonstração dos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos foram efetuados ajustes entre os saldos das contas patrimoniais para eliminar efeitos de variações que efetivamente não representaram movimentação de caixa.

Agudo/RS, 31 de Dezembro de 2021.

DIETER EDGAR BERGER
PRESIDENTE
CPF 210.636.560-87

JAQUELINE HINTZ HOPPE
CONTADORA CRC/RS 064087/O-1
CPF 641.898.300-97